



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

Desafios e Possibilidades de Atuação do Serviço Social na Educação do Município de Jaguaribe-CE

Aline Jamylli de Souza Pinheiro

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

Desafios e Possibilidades de Atuação do Serviço Social na Educação do Município de Jaguaribe-CE

Aline Jamylli de Souza Pinheiro

Trabalho de Conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientadora: Prof^a. Ma. Flávia Ramos Cândido

Brasília, 2022

Aline Jamylli de Souza Pinheiro

Desafios e Possibilidades de Atuação do Serviço Social na Educação do Município de Jaguaribe-CE

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientador: Prof^a. Ma. Flávia Ramos Cândido

Aprovado em: 26/02/2022

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Flávia Ramos Cândido

Prof^a. Ma. Claudilene Silva Carvalho

Resumo

O Serviço Social e a Educação brasileira têm uma conexão histórica, marcada por conflitos, projetos e lutas sociais até a recém efetivada Lei 13.935/2019 que insere o assistente social nas instituições escolares. Nesse sentido, o presente estudo, de cunho qualitativo, exploratório e descritivo, teve como objetivo geral compreender quais os desafios e as possibilidades do Serviço Social na área educacional, tendo sido realizado por meio de procedimentos assentados em uma pesquisa bibliográfica e em um relato de experiência, com base nas vivências de assistentes sociais de um município do Ceará, localizado no nordeste do Brasil. Para tanto, de maneira específica, analisou os principais marcos legais quanto a assistência social vinculada a educação nacional; compreendeu o papel do Serviço Social dentro das instituições do campo educacional por meio da revisão da literatura; conheceu os desafios e as possibilidades do Serviço Social na área educacional na garantia do direito a educação de crianças e adolescentes por meio das narrativas de Assistentes Sociais atuantes em escolas públicas do município de Jaguaribe-CE. O estudo permitiu concluir que a atuação desses profissionais é permeada por adversidades, como carência de recursos, dificuldades quanto à compreensão das funções deste profissional no espaço escolar, questões relativas aos desmontes das políticas públicas nacionais, dentre outros. Por outro lado, a pesquisa também aponta para contribuições do assistente social na política educacional como a viabilização de direitos e competência técnica para resolver problemas de questões sociais, bem como outras possibilidades de atuação na seara escolar.

Palavras-Chave: Educação. Serviço Social. Direitos. Legislação. Jaguaribe.

SUMÁRIO

Introdução.....	06
Metodologia.....	10
Levantamento, Análise e Resultado.....	19
Conclusão.....	31
Referências.....	34
Lista de ilustrações (tabelas, quadros e figuras).....	36
Lista de abreviaturas, siglas e símbolos.....	37
Anexos.....	38

Introdução

Serviço Social e a Educação têm uma conexão histórica, marcada por conflitos, projetos e lutas sociais. No cenário educacional a assistência social atua em favor da democratização da educação, da permanência, das condições de ingresso e conclusão da trajetória escolar de crianças e adolescentes, garantindo o acesso à educação. Em seu exercício, o assistente social enfrenta diversas manifestações da questão social que se expressam por meio das desigualdades políticas, econômicas e culturais das classes sociais.

A educação é, inegavelmente, um direito. Para que a mesma seja de fato assegurada, muitas são as metamorfoses sociais que devem ocorrer, no sentido de que a pauperização, desemprego, fome e exclusão social de uma significativa parcela da população brasileira seja considerada como fator relevante. Tais fatores, ao serem considerados, reforçam a fragilização dos processos escolares no Brasil, pois muitas famílias não têm o suporte necessário ao atendimento integral de suas crianças e adolescentes, acabando por reproduzirem práticas que se constituem como violação de direitos. Como exemplos tem-se o trabalho infantil, a exploração sexual da criança e do adolescente, a violência doméstica física e psicológica, a negligência, dentre outros (MONTEIRO, 2011).

Nessa perspectiva, a educação torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e é através dela que um país pode alcançar as transformações sociais necessárias para atingir o progresso. Nesse sentido, é interessante analisar como “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25). Para tanto, é preciso que se tenha um entendimento sobre os aspectos da educação escolar atual, considerada parte importante nesse estudo, e a influência dos problemas sociais na vida dos estudantes.

Depreende-se, portanto, que se deve prezar por um ambiente educacional que priorize a formação dos sujeitos para a cidadania, orientando-os acerca dos seus direitos e deveres; instruindo-os e educando-os para que haja a superação das desigualdades e exclusão sociais; e estimulando-os a se tornarem sujeitos autônomos e a compreenderem que são sujeitos de direitos.

Sendo assim, torna-se pertinente que a escola seja reconhecida como espaço de intervenção do assistente social, já que o mesmo é habilitado para intervir no

enfrentamento das expressões da questão social por meio do acompanhamento sociofamiliar, no fortalecimento dos vínculos das mesmas e do desenvolvimento de suas potencialidades, almejando sempre a emancipação social (FALEIROS, 2010).

A relação entre o Serviço Social e a política educacional brasileira não é recente. Segundo Castro (2000), o assistente social já atua na área educacional brasileira desde a década de 1930, quando a profissão chega ao país. Outro fato marcante na estruturação dessa relação trata-se da promulgação da Constituição da República de 1934, que dispõe sobre a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público. Dessa maneira, o Estado é chamado a corresponsabilizar-se pela formação da população a partir da definição e implementação das diretrizes educacionais.

Em 1937 é aprovada nova Constituição, sendo enfatizado o ensino pré-vocacional e profissional, tendo em vista que o objetivo do Estado, naquele período, era preparar mão de obra qualificada para atender as demandas decorrentes da expansão capitalista. E somente na Constituição de 1946 é retomada a discussão acerca da educação e cultura da Carta Magna de 1934, dando assim início ao processo de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Os marcos históricos aqui citados se relacionam diretamente com a atuação do Assistente Social na educação, tendo em vista que, diante do reconhecimento da educação enquanto política pública disponibilizada pelo Estado e setores empresariais nesse período, seu público alvo eram os grandes setores do proletariado (IAMAMOTO, 2008). No entanto, é a partir da Constituição de 1988 que se vislumbra uma educação para todos e em que se assume a possibilidade de efetiva atuação do serviço social na educação.

Partindo do princípio que a política educacional é um dos campos de atuação do assistente social institucionalizado e legitimado frente as expressões da questão social que permeiam o âmbito educacional, serão pontuadas na sequência algumas das legislações vigentes que norteiam a prática deste profissional na educação.

A Constituição Federal (CF) de 1988 é o principal instrumento legal brasileiro. Em seu capítulo III, o documento assegura ser a educação um direito de todos. A partir desse pressuposto pode-se entender que o assistente social deve ter sua prática pautada na mediação da garantia desse direito frente ao Estado e à família, que segundo a Carta Magna, são os responsáveis pelo acesso do indivíduo à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 é outro dispositivo legal que contribui com a atuação do assistente social na educação brasileira. Este documento define e regulariza o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988. O artigo 1º da LDB indica que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa [...]” (BRASIL, 1996, p.8).

A partir do disposto nesse ordenamento jurídico percebe-se que a educação não está restrita a processos pedagógicos desenvolvidos restritamente nas salas de aulas. Esse é um processo abrangente e que necessita estar relacionado com o contexto sociofamiliar do aluno. Para que esses processos educacionais sejam efetivados em sua amplitude torna-se necessário a atuação de profissionais como o assistente social, pois o mesmo, pela característica própria da profissão, é capaz de atuar no enfrentamento da questão social que existe no convívio dos alunos dentro e fora das escolas, intervindo de uma forma que possibilite a apreensão da totalidade social, buscando atender as necessidades sociais de seu público alvo.

Ainda de acordo com a LDB (1996), o financiamento do assistente social para atuar frente aos processos educacionais já estava disposto em seu Art. 71. No entanto somente no ano de 2019 foi sancionada a Lei 13.935/2019, que determina que o Poder Público assegure o atendimento psicológico e socioassistencial aos alunos da rede pública de educação básica (BRASIL, 2019). Esse marco legal foi considerado pelas duas categorias profissionais como relevante conquista. Ainda sem fonte de recurso definida em seu texto base, a lei inicia timidamente sua implementação no ano de 2020. Tal fato se apresenta como barreira para efetivação da normativa de forma significativa em todo território nacional. O Conselho Federal de Serviço Social aponta que “os esforços direcionam para as articulações em todos os estados, para a execução efetiva da lei” (CFESS, 2020, online).

Ao realizar um resgate histórico na tentativa de compreender a atualidade, tem-se que a relação entre Educação e o Serviço Social ocorre no Brasil desde 1936, quando se instala a primeira escola de Serviço Social (CASTRO, 2000; CFESS, 2011). Mas somente a partir da década de 1990, frente às transformações do projeto ético-político profissional que se percebe no Brasil uma considerável expansão do Serviço Social na área da Educação (CFESS, 2011).

A crise atual das escolas brasileiras é marcada pela violência proveniente de aspectos que perpassam as questões econômicas, sociais e históricas. Desse modo,

se faz necessário evidenciar que o presente período histórico determina transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre a educação, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc (BARBOSA; FREIRE, 2006). Isso reforça a importância da inserção do assistente social na educação escolar.

Conforme exposto, no ano de 2019, foi aprovada a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica a âmbito nacional. No entanto, por se tratar de lei recente, os referidos profissionais ainda percebem inúmeros desafios mediante atuação no âmbito escolar, inclusive relacionados à definição do seu papel no contexto educacional. Porém, paralelamente aos desafios, emergem também as possibilidades, dada as inúmeras demandas que fundamentaram a criação da referida legislação.

O presente trabalho está voltado não somente a análise de pressupostos teóricos que fundamentam a profissão do assistente social na escola. Além disso é preciso analisar a literatura científica que o sustenta, inclusive a construção teórico-metodológica da profissão. De maneira complementar, também serão apresentados os resultados de um estudo empírico, realizado em município do interior do Estado do Ceará, sobre os desafios e possibilidades identificados por assistentes sociais atuando em escolas. O intuito é proporcionar ao leitor, educadores, assistentes sociais e pesquisadores, uma visão mais ampla da atuação deste profissional enquanto incrementador das instituições de ensino, no processo de escolarização de alunos e alunas da sociedade brasileira contemporânea.

A fim de ampliar essa discussão, este trabalho tem como objetivo geral compreender quais os desafios e as possibilidades do Serviço Social na educação do município de Jaguaribe-CE. Para que tal objetivo fosse alcançado, buscou-se, especificamente, analisar os principais marcos legais quanto a assistência social vinculada a educação nacional; compreender o papel do Serviço Social dentro das instituições do campo educacional por meio de uma revisão da literatura; conhecer os desafios e as possibilidades do Serviço Social na área educacional na garantia do direito a educação de crianças e adolescentes por meio das narrativas de Assistentes Sociais atuantes em escolas públicas do município de Jaguaribe-CE.

Metodologia

De acordo com Gil (2010), pode-se definir a pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Esta pesquisa é baseada no pensamento de Minayo (2010), a qual preconiza a metodologia como sendo o percurso trilhado pelo pesquisador e a ação praticada mediante os fatos encontrados numa determinada realidade social permitindo que, durante a pesquisa realizada, o executor do estudo se valha de aspectos pessoais como sensibilidade, criatividade e experiência, sem perder de vista o caráter científico que lhe é requerido.

A partir da perspectiva acima exposta, procurou-se desenvolver essa escrita acadêmica. Dessa forma, o estudo é de objetivo exploratório e descritivo. É exploratório por tentar aprofundar o debate sobre o Serviço Social na educação, inclusive por ser uma relação ainda incipiente na própria literatura científica. Também é descritiva, pois propõe-se a apresentar algumas características inerentes a atuação do assistente social na política educacional brasileira a partir da efetivação da Lei 13.935/2019. Nesse sentido, o estudo busca esclarecer ideias sobre o objeto da pesquisa, assim como desenvolver a descrição das características do mesmo, resultando na exploração da temática na intenção de aproximação do pesquisador com o objeto estudado (GIL, 2016).

A abordagem da pesquisa é qualitativa, que para Minayo (2014), está baseada nos processos de relações sociais, desenvolvendo uma sistematização progressiva dos conhecimentos provenientes dessas relações para alcançar a compreensão dos fatos. Todavia, é de suma importância apontar a complexidade dos fatos e a necessidade de fazer uso da contextualização e criticidade para estudar o objeto das ciências sociais. Assim, a própria natureza dos dados coletados neste estudo converge com o tipo de abordagem definida como adequada.

No que se refere ao percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento desse estudo, recorreu-se a uma revisão de literatura, seguida de relatos de experiência extraídos por meio de respostas a um questionário, constituindo-se, assim, num estudo de caso. De acordo com Gil (2016, p. 50) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Enquanto o relato de experiência é uma forma de narrativa, de

modo que o autor quando narra através da escrita está expressando um acontecimento vivido (GROLLMUS; TARRÉS, 2015).

O levantamento bibliográfico foi realizado através de fontes científicas, procedentes de livros, artigos e pesquisas acadêmicas já desenvolvidas, seguida da coleta de informações, documentos oriundos de órgãos sociais, legislação nacional, priorizando a obtenção de dados atuais, em que foram abordados o tema.

Para complementar o estudo de modo a desvelar as singularidades da atuação dos assistentes sociais no município de Jaguaribe, utilizou-se a aplicação de um questionário, composto por questões abertas previamente elaboradas, enviadas via Google Forms¹ aos profissionais. Destaca-se que tal procedimento foi necessário tendo em vista a impossibilidade de aplicação dos questionários *in loco* devido ao contexto pandêmico em função no novo *coronavírus* e da epidemia da *Influenza* que afetou o Brasil em janeiro de 2022.

Na análise das respostas dos questionários aplicou-se o método da Análise de Conteúdo, preconizada por Bardin (1977), o qual é estruturado nas seguintes etapas: a) pré-análise: leitura das respostas dos participantes; b) categorização: a partir da identificação de elementos genéricos identificados nas unidades de sentido e que representam as respostas dos participantes; e c) inferências: que levam percepção de novas perspectivas que permeiam a atuação do assistente social na escola.

A revisão bibliográfica

As fontes que deram suporte à realização da pesquisa bibliográfica foram artigos, teses e dissertações disponibilizados eletronicamente no *Google Acadêmico* e no Banco de Teses e Dissertações da Capes (BDTD). Foram considerados trabalhos que abordam a atuação do Assistente Social na Educação, a partir da aplicação da combinação dos descritores “serviço social” e “educação”, conjugados com o operador *booleano* “AND”, dentro do recorte temporal de 2014 a 2021, tendo em vista a busca por estudos publicados nos últimos sete anos.

Dentre os estudos encontrados foram selecionados duas teses e uma dissertação, elegidos a partir da variável de interesse da pesquisadora, tendo como

¹ Aplicativo para elaboração, aplicação e gerenciamento de pesquisas virtuais, disponível gratuitamente pelo Google Corp.

critérios de inclusão aqueles que abordassem a temática estudada e que estiverem disponíveis de forma gratuita em plataformas confiáveis, de relevância e reconhecimento perante a comunidade científica. Em contrapartida, como critério de exclusão, foram desconsideradas as publicações que não tivessem correlação com o tema pesquisado, ou ainda, trabalhos duplicados, assim como também aqueles que não tivessem nenhuma fundamentação científica comprovada.

Após as seleções dos trabalhos foram realizadas leituras criteriosas, considerando os aspectos que respondem aos objetivos definidos nesta pesquisa. Nesse sentido, foram observados os títulos, resumos, objetivos e resultados dos três trabalhos. Alguns deles foram lidos de forma mais criteriosa, tendo em vista a contribuição teórica para este trabalho. Dentre essas publicações, destacamos a tese de Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago (2014), desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, intitulada *Serviço Social na Educação: concepções e direitos em questões*. A mesma apresenta discussões acerca da efetivação da educação enquanto direito no âmbito escolar.

Dallago (2014), afirma que devido as características próprias de colonização e formação do capitalismo brasileiro, a educação é tardiamente reconhecida enquanto direito. Tal fato se deu impulsionado por lutas sociais que se tornaram mais intensas na década de 30, ao se reconhecer a necessidade de acesso a educação no enfrentamento de uma conjuntura de contradições e pauperismo.

Prontamente, diante das mudanças, o Estado é requisitado para o atendimento das contradições geradas, em um contexto em que se reconhece a precisão de novas formas de enfrentamento das desigualdades, com o fomento de políticas sociais para amenizar as implicações da pobreza, a fim de atenuar a insatisfação daquela grande massa de trabalhadores que fica à margem do acesso à condição ínfima de vida (DALLAGO, 2014, p. 131).

Dessa forma, é dado início as discussões para criações de leis que pudessem tornar a política educacional um direito de todos, e não mais uma regalia restrita a classe burguesa. Ainda segundo a mesma autora, ao fazer um resgate histórico sobre a temática estudada é possível observar que:

Sumariamente a década de 1930 baliza um período significativo em matéria de educação com: a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930; a organização e movimentação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; a Constituição da República de 1934, com o adendo da exigência da elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases e de um Plano Nacional de Educação (DALLAGO, 2014, p. 134).

Os referidos avanços impulsionaram outros desdobramentos e discussões que culminaram na Constituição Federal de 1988, onde se consolidou a educação como direito de todos os cidadãos e dever do estado, tal qual a LDB, que foi também importante conquista para a efetivação da educação brasileira, instituída nessa mesma década.

No entanto, os desafios ainda emergiam no contexto nacional em meio a política pública educacional. O projeto neoliberal que predominava no país na década de 1990, influenciava os processos educacionais de forma a disseminar a ideia de que a superação da pobreza deveria partir do esforço do próprio cidadão, e que o mesmo deveria se qualificar, de modo a colaborar para o desenvolvimento do país, atendendo as necessidades do capital (DALLAGO, 2014). Tais fatos geraram outros desdobramentos que afetam diretamente os processos educacionais. A exemplo, pode ser citado o modelo de ensino que foi implementado, com base em modelos internacionais, onde o que prevalecia era a avaliação que gerasse a mensuração de resultados.

Diante de todo percurso histórico que apresenta conquistas e desafios que emergem na política educacional, Dallago (2014) se volta para a inserção e atuação do Assistente Social no âmbito educacional, e revela que é necessária uma qualificação adequada, a fim de melhor compreender suas demandas, visando sempre a igualdade de direitos e a justiça social, que deve atender os valores e princípios preconizados no Código de Ética Profissional. Outros fatos que se apresentam como desafios para o Assistente Social são apontados pela autora, como a falta de conhecimento por partes dos gestores acerca das atribuições profissionais e a fragilidade da interlocução entre os profissionais que compõem a rede de proteção.

O segundo estudo, o qual reforça as discussões do presente trabalho, se refere a tese de doutorado de André Michel dos Santos, defendida em 2019 e desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC-RS, intitulada *Serviço Social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais*. A dissertação destaca que:

Ao dialogarmos nesse estudo sobre o trabalho e o processo de trabalho em que os/as assistentes sociais se inserem, considerando o objeto de pesquisa que trata sobre as atribuições dos/as assistentes sociais nas escolas públicas municipais, faz-se necessário entendermos que o exercício profissional é atravessado pela ordem gerencial do estado, a qual deverá ser refletida sob a perspectiva de conjuntura e de incidência dessa lógica sobre a prática profissional (SANTOS, M., 2019, p. 66)

Partindo dessa compreensão, não é possível discutir sobre o papel do assistente social na educação sem entender que esse profissional está submetido a ordem do Estado, que, por vezes, diverge dos princípios que direcionam o projeto ético e político da profissão. Como característica inerente da profissão o Serviço Social em sua concepção, a utilidade desse serviço era reconhecida como instrumento de controle e ajustamento social em favor do Estado. Porém, o Serviço Social contemporâneo segue outros princípios e assume novas posturas diante da nova ordem societária.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), enquanto órgão regulatório da profissão, aponta alguns subsídios para o contexto educacional que norteiam e situam sua intervenção, em especial na política de educação básica em escolas públicas municipais. O que pode ser visto é que houve significativo avanço, tendo em vista que esses subsídios estão pautados numa análise totalitária das relações sociais que são construídas no âmbito escolar e fora dele também (SANTOS, M., 2019).

Partindo para análise dos desafios que se apresentam, em especial para o Assistente Social que atua na educação básica brasileira, Michel dos Santos (2019) afirma que ainda não existe uma padronização nos editais de concurso público e seleções de contratação desse profissional. A partir da leitura de quatro editais específicos para a contratação de assistentes sociais para atuarem em escolas de ensino básico o autor observou que:

Ambos os editais de concursos públicos específicos para o cargo do/a Assistente Social na etapa da educação básica pública municipal e estadual, apresentam-se na descrição referente às atribuições do Serviço Social, sendo estas entendidas a partir de competências gerais requisitadas ao profissional, conforme sinalizamos anteriormente. Em nenhum momento são descritas as atribuições privativas desse profissional na realidade escolar (SANTOS, M., 2019, p. 77).

Isso, segundo o mesmo autor, tende a ocorrer devido o assistente social estar sendo percebido como um profissional que compõe as equipes multidisciplinares que atuam nas escolas e, dessa forma suas atribuições acabam sendo definidas de uma forma genérica, sem levar em conta suas particularidades, as quais muitas se expressam nas atribuições privativas da profissão.

O terceiro trabalho analisado foi uma dissertação de mestrado em educação defendida em 2019 na Universidade Federal da Bahia por Lorena Costa Batista dos Santos e intitulada *Serviço Social e Educação: Balanço da Produção do*

Conhecimento Sobre o Trabalho do/a Assistente Social em Escolas Públicas, que teve como objetivo investigar como está sendo pensada a atuação do/a assistente social na Educação Básica, a partir da produção do conhecimento sobre o Serviço Social brasileiro.

Segundo a autora, a educação deve ser percebida como parte da vida social, que transcende a perspectiva de política pública, embora atue dentro desse campo de disputa, e se reafirma como dimensão histórica. No que concerne à atuação do assistente social no âmbito da educação escolar, ainda no início do século XX, nos Estados Unidos, o profissional compunha uma equipe multidisciplinar com professores e psicólogos, frente aos problemas sociais que interferiam no processo escolar. No Brasil, o movimento do Assistente Social na educação tem início nos anos 1990, com subsídios das instituições de classes CFESS e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) (SANTOS, B., 2019).

O marco da inserção do Assistente Social na educação brasileira foi por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 (SANTOS, B., 2019). Soma-se a esse momento a implementação de novas políticas públicas de garantia de direitos sociais, como assegurar renda às famílias que não dispõem de recursos financeiros suficientes para subsistência. Tomando como referência essas duas anotações – LDB e políticas públicas sociais – pode-se compreender que o assistente social vem se redefinindo no seu campo de atuação.

A atuação deste profissional na educação é um debate recente, inclusive do ponto de vista da necessidade deste servidor nas demandas escolares. Para Batista dos Santos (2019) a escola é um espaço de demandas transitórias que envolve trabalho, sexualidade, drogas, violência, família, cultura, cidadania dentre outras e que não encontram nos profissionais que atuam nela as competências técnicas necessárias para resolver tais questões. É na inserção do assistente social na escola, que esses problemas encontram possibilidade de respostas, através da articulação com famílias, alunos e profissionais escolares.

No ano de 2001 foi realizado o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS que resultou na criação do Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação e na produção de uma cartilha intitulada “Serviço Social na Educação”, instrumento que contribuiria com a atuação do assistente social na escola. Na sequência, outros encontros aconteceram, sempre evocando a necessidade desse profissional na educação, manifestado em documentos oficiais, até que em 11 de

dezembro de 2019 foi promulgado Decreto nº 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Assistentes Sociais e Psicólogos nas redes públicas da educação básica (BRASIL, 2019).

Com essa efetivação política do assistente social na Educação, vários desafios emergem e se posicionam como elementos a serem superados. Ainda de acordo com Batista dos Santos (2019), um dos primeiros desafios é a incerteza quanto a função e/ou forma de atuação desse profissional na escola. Além disso, as condições precárias de trabalho reveladas na ausência de recursos e a necessidade de atender de forma imediata demandas de alta complexidade somam-se aos desafios do profissional na escola.

Nesse sentido, emerge o seguinte questionamento: qual é o papel do assistente social na escola? Esta é uma das inquietações que incitaram este estudo. Essa problemática também requer a articulação do assistente social com os profissionais da escola no sentido de evidenciar as demandas pertinentes às questões sociais e que devem ser atendidas por esse profissional. Isso faz com que o assistente social construa sua própria atuação, que se dá pelas peculiaridades de cada configuração escolar e pela formação teórico-metodológico que lhe permita atuar de forma eficiente (SANTOS, B., 2019).

Batista dos Santos (2019) enfatiza alguns estudos que indicam outros desafios para o assistente social na escola. O fato desse profissional estar ressurgindo no ambiente escolar, somado a poucas evidências científicas de sua atuação, tem limitado o avanço dessa construção teórico-metodológica. Além disso, desenvolver seu trabalho com elementos como valores, democracia, coletividade, senso crítico, vivências são outros desafios para a profissão.

Ainda segundo o autor, o assistente social também enfrenta desafios na sua atuação escolar quanto as questões materiais e de envolvimento das famílias dos alunos. A falta de um espaço físico para atendimento ou mesmo as precárias condições de trabalho fazem com que o atendimento das questões sociais na escola seja limitado (SANTOS, B., 2019).

As informações coletadas nos três estudos analisados demonstram-se suficientes para afirmar que o campo de atuação do serviço social na escola ultrapassa as questões de formação escolar. As estratégias de atuação do assistente social estão vinculadas à luta pela educação como um direito e abrangem o acesso

dos estudantes às políticas educacionais e a efetivação e permanência nas instituições escolares.

Desse modo, entende-se que a importância do presente estudo está voltada à compreensão da atuação dos assistentes sociais em instituições escolares. Assim, na próxima etapa passamos para a compreensão dessa atuação ao adentrarmos o campo empírico por meio da realização da pesquisa no município de Jaguaribe, localizado no Ceará, região nordeste do Brasil.

O município de Jaguaribe-CE

Distante 292,4 km de Fortaleza, capital do Ceará, o município de Jaguaribe está localizado na região do Vale Jaguaribano. Sua população estimada, de acordo com IBGE (2022), é de 34.592 habitantes. A sua área territorial é de 1877 km², e cerca de 55% dos munícipes se localizam na área urbana da sede do município, o que indica que a cidade possui cerca de 19.041 habitantes. Em 2019, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos.

Tem como principal fonte de renda a administração pública, e como fonte de renda secundária a pecuária, com a comercialização de queijos e outros derivados do leite. A cidade tem o perfil religioso católico, dado constatado no último censo realizado pelo IBGE (2010), no qual 28.822 populares se declaram católicos, 3.911 evangélicos e 141 espíritas.

Segundo os dados do Censo Escolar de 2020, o município possui 39 escolas, ofertando educação básica gratuita, com o total de 5.514 alunos matriculados. Frente ao grande contingente de alunos, às inúmeras demandas que emergem no âmbito escolar e ancorados na recente lei 13.935/2019, no mês de agosto de 2021, a prefeitura municipal de Jaguaribe, por meio da Secretaria de Educação Municipal, abriu seleção pública para contratação temporária de Assistentes Sociais e Psicólogos para atuarem na rede municipal de ensino.

Nesta seleção foram contratados 14 Assistentes Sociais e 14 Psicólogos, para ingressarem imediatamente em escolas municipais que ofertam desde Ensino Infantil

até o Ensino Fundamental II². A seleção pública foi orientada pelo edital 05/2021, realizada em três etapas: análise de currículo, avaliação escrita e entrevista.

Para atingir os objetivos desta pesquisa decidiu-se pela aplicação de um questionário, o qual foi enviado aos assistentes sociais deste município via Google Forms. Buscou-se compreender sua atuação no contexto escolar para dar conta dos objetivos desta pesquisa. A aplicação deste questionário será melhor explicitada na seção seguinte.

A aplicação dos questionários

Para realização da pesquisa, que para além de analisar estudos já realizados sobre a temática, pretendeu trazer o relato de experiência dos assistentes sociais que atuam nas escolas de Jaguaribe. Para isso, foi usada como estratégia de pesquisa empírica a aplicação de questionários aos assistentes sociais que atuam nas escolas do município.

O questionário foi dividido em duas partes. A primeira parte era composta por 5 questões elaboradas para traçar o perfil do assistente social, e a segunda parte era composta por 6 questões para captar a percepção do assistente social sobre a política educacional e seu campo de atuação nas escolas de Jaguaribe.

Este questionário foi enviado aos servidores por meio da plataforma digital Google Forms. Foi enviado o link com as questões para os 14 profissionais do Serviço Social que atuam nas escolas de Jaguaribe. É importante esclarecer que esta pesquisa empírica foi desenvolvida durante a pandemia da Covid-19 e a epidemia da gripe *Influenza*, as quais conjuntamente acometeram o Brasil no mês de janeiro de 2022. Desse modo, foi preciso lançar mão de instrumentos como essa plataforma virtual para coleta dos dados, preservando-se a saúde da pesquisadora e dos demais servidores.

O *link* permaneceu ativo no período de uma semana, sendo os participantes convidados, dentro do interesse e da disponibilidade de cada um, a acessarem o formulário da pesquisa. Apesar de ter sido enviado para 14 assistentes sociais,

² De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) o Ensino Fundamental é dividido em duas etapas: Anos Iniciais do 1º ao 5º ano – Ensino Fundamental I; e Anos Finais do 6º ao 9º ano – Ensino Fundamental II.

apenas cinco o responderam, tendo sido consideradas as respostas destes sujeitos para compor a análise desta pesquisa.

As respostas foram interpretadas com o intuito de dar voz aos assistentes sociais recentemente contratados, extraíndo-se suas vivências que, apesar de hodierna, podem contribuir para a compreensão das articulações entre Serviço Social e Educação no contexto da região Nordeste do Brasil e demonstrar, mesmo que por meio de uma pequena amostra, resultados que podem contribuir com o levantamento de hipóteses para a compreensão deste contexto de atuação profissional.

Na etapa de análise dos resultados, as respostas obtidas foram submetidas ao método da Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (1977), esse método, embora seja passivo de adaptações, segue um roteiro sistematizado.

Para esta pesquisa simplificou-se as etapas para Análise de Conteúdo da seguinte maneira: a) preparação do material – leitura e transcrição das respostas dos questionários; b) categorização – reunião de unidades de sentidos comuns em um título genérico; c) inferências – a partir das falas e o que se pode concluir.

Essa estrutura será apresentada na forma de quadros, com intuito de tornar evidente as relações entre as narrativas e o que se pode identificar como elementos centrais implícitos. Na sequência, os resultados são confrontados com os dados de estudos já realizados e publicados, bem como com a Lei 13.935/2019, possibilitando apontar para um horizonte de possibilidades e desafios de atuação do profissional do Serviço Social no contexto escolar.

Levantamento, Análise e Resultado

Neste ponto, a partir dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários, serão apresentadas as percepções de profissionais do Serviço Social que atuam em escolas no município de Jaguaribe sobre sua atuação em escolas no interior do Estado do Ceará.

Desse modo, inferiu-se a possibilidade de demonstrar aspectos que ajudam no processo, como afirma Michel dos Santos (2019), de redefinição da profissão. Para isto, esta seção está organizada da seguinte forma: a princípio será apresentado o perfil das participantes, seguido das respostas categorizadas e incluídas em tabelas e, finalmente, a análise realizada com base no referencial teórico estudado e na Lei 13.935/2019.

Perfil das participantes

Todas as participantes do estudo são do sexo feminino, com idades que compreendem 26 e 54 anos. No tocante ao tempo de formação profissional, há profissionais recém graduados e com mais de trinta anos de formação. No entanto, o tempo de atuação na política educacional dessas profissionais não ultrapassa quatro meses, sendo que nenhuma das participantes afirmou ter atuado anteriormente no campo da educação, exercendo a assistência social.

Em que pese o tempo incipiente de atuação dessas profissionais no campo da educação, não se pode abonar as importantes contribuições observadas em suas narrativas, pois a partir destas é possível identificar caminhos que apontem para necessidade de se consolidar de fato essa profissão na escola.

Essa construção é permeada por desafios e possibilidades do serviço social na área educacional na garantia do direito a educação de crianças e adolescentes. As narrativas das assistentes sociais atuantes nas escolas públicas do município de Jaguaribe-CE oferecem um recorte importante nesse processo de redefinição da profissão, que pode ser pensado, a princípio, na relação desse profissional com a comunidade escolar, como poderá ser observado nos quadros apresentados.

Das respostas fornecidas pelas assistentes sociais participantes do estudo foi possível codificar as narrativas em elementos genéricos. Desses elementos emergiram quatro categorias: A relação do Assistente Social com a Escola, Desafios do Assistente Social na Escola, Colaboração do Assistente Social à Escola e Avanços promovidos pela Lei 13.935/2019.

É importante destacar que cada categoria é composta por unidades de sentido que se constituem nas orientações as quais influenciam as tomadas de decisão e as percepções sobre o campo de atuação profissional das assistentes sociais pesquisadas. As unidades de sentido foram extraídas das narrativas das pesquisadas, compondo as categorias elencadas para o estudo e que serão explicitadas a seguir.

Categoria 1: A relação do Assistente Social com a Escola

Esta categoria apresentou três unidades de sentido, sendo elas Coletividade, Pragmatismo e Valores. A Coletividade resulta da identificação de expressões que se destacam nas falas das participantes como “trabalho em equipe”, “relação com a

comunidade escolar”, “momentos coletivos”. Pragmatismo foi assim intitulada em função da presença no espectro escolar de uma educação voltada para a formação técnica do sujeito para atuar como mão-de-obra para o desenvolvimento econômico do país, sendo que este seria o efeito prático da educação, identificado nas narrativas. E, finalmente, a unidade de sentido Valores recebeu essa nomenclatura por causa dos pressupostos morais que envolve a atuação profissional na escola: “respeito”, “valorização dos sujeitos”.

O quadro abaixo sintetiza as respostas das cinco participantes e as unidades de sentido elencadas a partir de suas narrativas.

Quadro 1 – Categoria 1: A Relação do Assistente Social com a Escola

Participante	Respostas	Unidades de Sentido
A 1	Com os alunos é uma relação muito boa. Apesar do quantitativo de alunos que existem na escola (mais de 600), conseguimos realizar muitas ações no âmbito coletivo no ano passado, apesar da pandemia e suas restrições! Contudo com os pais ainda não tivemos muitos momentos, isso por conta dos protocolos de segurança que existiam por conta do COVID-19, o que não quer dizer que trabalhamos com alguns pais com demandas que foram surgindo de forma individualizadas, que requereu uma atenção maior e específica. Mas esse ano, com todos vacinados, pretendemos ter mais momentos coletivos de construção e socialização não só com os estudantes mais também com as famílias e a comunidade escolar, assim como todo o corpo escolar também.	Coletividade
A 2	Relacionamento ético, profissional, amigável, parceiro, alinhando as ações, atendimentos e não é diferente com as famílias, os alunos. É um trabalho de equipe com o objetivo maior que de o acolhimento aos alunos e suas famílias.	Coletividade
A 3	Uma relação saudável, porém ainda fragilizada pois é necessária uma desconstrução de pensamentos conservadores, onde apenas a escola tem a responsabilidade de formar sujeitos.	Pragmatismo
A 4	Ótima, buscando sempre fortalecer a relação comunidade escolar, visto que ambos proporcionam o suporte e o incentivo necessários para que eles se desenvolvam de forma integral.	Coletividade
A 5	A relação com esses três grupos é de aproximação, respeito, e valorização, onde cada um tem um papel fundamental para desenvolvimento dentro da escola, e com isso possamos buscar uma relação mais fortalecida com atuação do trabalho.	Valores

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A relação do Assistente Social com a escola está assentada na coletividade, na construção de valores e na ruptura do pragmatismo que envolve a definição de papéis na escola, conforme destacado nas respostas das pesquisadas. Para as participantes desse estudo, o trabalho em equipe é um dos principais fundamentos, envolvendo alunos, famílias e profissionais dentro de um espírito colaborativo em função da resolução das questões sociais que se apresentam na escola. As assistentes sociais A1, A2 e A4 corroboram com esse ponto ao destacarem a necessidade de ações que fortaleçam os vínculos entre todos os sujeitos que se conectam com a escola.

Já A3 e A5 trazem proposições diferentes e que contemplam outros aspectos da relação do Assistente Social com a escola. Para elas, respectivamente, é necessário que a escola reveja suas atribuições no sentido de não se limitar a realização de práticas engessadas com base no currículo escolar formal. É necessário formar tecnicamente e socialmente cada indivíduo que é dotado de especificidades como valores, princípios e papéis. Corroborando com A3, a assistente social A5 aponta esses aspectos mais subjetivos como essenciais para construção de uma relação eficiente entre os sujeitos escolares. Não obstante, a formação do sujeito atribuída exclusivamente à escola ainda persiste no espectro educacional, emergindo como desafio a ser superado.

Corroborando com as falas das entrevistadas, na qualidade de também Assistente Social do município de Jaguaribe, atuando na educação, endosso a afirmativa proferida pelas profissionais, onde as mesmas apontam como um desafio a ser superado a questão da percepção de profissionais que atuam há anos na escola. É necessário que sejam implementados práticas e discursos que colaborem para o entendimento da atuação do assistente social, já que a escola é um espaço plural, onde está presente a diversidade de pensamento, cultura, ideologias, dentre outros aspectos.

De outra maneira, pode-se compreender que a relação das assistentes sociais com as respectivas escolas no município de Jaguaribe é permeada por elementos que transcendem os aspectos técnicos da própria profissão. De modo geral, o que as participantes defendem é que a relação do assistente social com a escola é de ocupação de um espaço que esta instituição não consegue preencher sozinha, por conta da própria natureza dos aspectos estruturantes que ainda a sustentam, no que

concerne as demandas sociais que também fazem parte dos sujeitos que nela chegam.

No tocante as questões democráticas de coletividade e de participação de todos os sujeitos que se conectam à escola, a análise do primeiro questionamento lançado às pesquisadas permite inferir que as narrativas coincidem com o que apregoa a LDB (1996) no que concerne a integração do Assistente Social com toda a comunidade escolar.

Quanto ao pragmatismo ainda identificado na escola, pode-se supor que se refira a um resquício, segundo Dellago (2014), do projeto neoliberal que atribuía à escola o papel de formar o indivíduo para o desenvolvimento do país. As questões ideológicas configuram-se como um dos desafios encontrados pelo assistente social na escola. Contudo, outros desafios emergem na contemporaneidade assinalados por questões gerenciais, políticas e de operacionalização, conforme serão apresentados no Quadro 2.

As categorias elencadas neste quadro são: Estrutural, denominação que resume a deficiência nas questões administrativas, no que concerne a estrutura organizacional da escola (problemas de planejamento, alocação de recursos etc). A categoria seguinte é a Política, que surge da expressão repetida “desmonte das políticas públicas”. E, por fim, a categoria Precarização que sinaliza as “limitações no âmbito escolar” e a “insegurança e fragilidade da contratação” de profissionais do Serviço Social na escola. As respostas das participantes e as respectivas categorias podem ser observadas e analisadas no Quadro 2, a seguir.

Categoria 2: Desafio do Assistente Social na Escola

A segunda categoria também apresentou três unidades de sentido, sendo elas pautadas nos problemas desvelados nas narrativas, as quais atribuem adversidades de ordem Estrutural, Política e de Precarização do serviço público. A unidade de sentido Estrutural resulta da identificação de expressões que se destacam nas falas das participantes como “falta de formação”, “falta de recursos”, “falta de transporte” as quais dificultam a atuação das profissionais. A unidade de sentido Política foi assim intitulada em função da presença de perspectivas que atribuem ao poder público a responsabilização pela não efetividade de políticas públicas. E, finalmente, a unidade de sentido Precarização recebeu essa nomenclatura por causa do destaque ao

desmonte nas políticas de assistência social e à precarização identificada nas instituições escolares. É possível perceber que essas unidades de sentido se entrelaçam e justificam as adversidades citadas pelas participantes.

O quadro 2 sintetiza as respostas das cinco pesquisadas quanto a esses desafios.

Quadro 2 – Categoria 2: Desafios do Assistente Social na Escola

Participante	Respostas	Unidades de Sentido
A 1	Sim. Eu diria que inúmeros, mais os principais são: a falta de momentos de formação para essas equipes recém-chegadas nesse “novo” campo de trabalho, a falta de conhecimento dos próprios profissionais (professores) que compõe a política de educação, assim como das demais políticas, de reconhecimento do trabalho dessas equipes, o que muitas vezes inviabiliza a materialização e viabilização dos direitos sociais dos estudantes/família. Também a questão dos recursos materiais, a exemplo da falta de transporte para a realização de visitas entre outras coisas, o que dificulta a viabilização dos direitos e também se há muitas vezes uma certa resistência da inserção destes por questões políticas, assim como a depender da territorialização onde a escola esteja inserida, há uma forte presença da inversão de valores pessoais para com os profissionais no âmbito da religião, o que dificulta o trabalho com temáticas transversais com estudantes, uma vez que a escola é esse espaço diverso, plural.	Estrutural
A 2	Sim. Desmonte das políticas públicas, falta de recursos, distanciamento dos pais no ambiente escolar, conflitos familiares, entre outros.	Política
A 3	Os desafios são o desmonte de direitos e políticas públicas. A fragilidade dos vínculos familiares com a escola, a falta de perspectivas com o rendimento escolar dos alunos. O estado não garante uma ampliação dessas políticas, só atua na construção para o aumento do capitalismo.	Política
A4	Embora seja compreendida à importância da inserção do Assistente Social nas escolas, esse profissional enfrenta alguns empecilhos e limitações no âmbito escolar, como falta de recursos, sala para atendimento, bem como a permanência na instituição no qual está inserido, dentre outros desafios.	Precarização
A 5	Muitos. A permanência do aluno na escola, por diversas condições que o leva seu afastamento, sendo necessário assim, uma escola mais atrativa; a construção de uma prática profissional em favor	Precarização

	da igualdade e justiça social; realizar ações e intervenções comprometidas sem discriminação de qualquer natureza. E finalizando um dos maiores desafios para o profissional é a insegurança e fragilidade da contratação por meio de processo seletivo, sendo necessário concurso público urgente, para que as equipes multiprofissionais possam atuar de forma segura na educação básica dos municípios.	
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Pelas narrativas das Assistentes Sociais atuantes nas escolas públicas do município de Jaguaribe, Ceará é possível encontrar pontos que sublinham os desafios da profissão na educação. As assistentes A1, A2 e A4 apontam para a deficiência de recursos materiais como elemento comum aos desafios encontrados pelas mesmas para efetivação da profissão na escola, desde a falta de um espaço físico na própria escola, até a indisponibilidade de transportes que viabilizem o alcance as demandas e o acolhimento dessas demandas para tratamento adequado.

A2 e A3 corroboram no que se refere aos desmontes das políticas públicas de assistência social. Esse problema tem sido percebido no exercício das atividades dessas políticas, especialmente nos últimos anos em que a agenda governamental do país tem se voltado para projeto de crescimento econômico em detrimento dos direitos sociais conquistados com muita luta pelos movimentos sociais e apoio de classes profissionais como do Assistente Social. A5 reforça essa perspectiva ao afirmar que os processos de contratação do Assistente Social não oferecem segurança junto as instituições públicas.

Todos os pontos apresentados pelas participantes do estudo são consolidados e encontram aproximações nas unidades de sentido constituídas. Além desses pontos, é possível observar também que há um distanciamento entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar. As assistentes sociais A2, A3 e A5 evidenciam isso ao destacarem que há fragilidade, distanciamento, afastamento entre alunos, famílias e escolas. O que se pode compreender é que falta um estreitamento entre os vínculos escola-alunos-famílias-sistemas, e o assistente social é entendido pelas participantes como elo fundamental para essa construção.

A efetivação de qualquer profissão exige a adoção de técnicas, de instrumentos, pressupostos teóricos e legais, mas também de procedimentos gerenciais. Com o assistente social isso não é diferente, inclusive conforme a primeira

unidade de sentido deduzida no quadro 2, que identifica a necessidade da elaboração de uma estrutura organizacional.

De acordo com Oliveira (2013) estrutura organizacional é o desenho do cargo e de suas respectivas funções nas organizações e não se resume apenas a isso, é necessário que todos os sujeitos envolvidos na organização conheçam essa estrutura e reconheçam as atribuições nela distribuídas. Michel dos Santos (2019) evidencia essa carência ao identificar a falta de padronização nas seleções e contratações de assistentes sociais, pois as atribuições a este profissional são definidas de forma genérica.

Outro ponto destacado como desafio para as respondentes é o desmonte de políticas públicas de garantias de direitos. Para Batista dos Santos (2019), a educação faz parte da vida social, antes mesmo de ser uma política pública, e se insere como elemento histórico à humanidade. Se a educação não for percebida nesse contexto, a própria atuação do assistente social torna-se desafiadora, como pode ser observado ainda no quadro 2 sobre a fragilidade que envolve a inserção do profissional na escola, embora a LDB (1996) oriente a necessidade de presença de atuação destes profissionais nas instituições escolares.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) (2021), ainda quanto as questões de desmonte das políticas públicas de assistência social, o governo federal efetivou severos cortes orçamentários nos últimos anos. Em 2020 foram diminuídos R\$ 605 milhões com relação ao ano anterior; do valor disponibilizado apenas 71% foi executado. No ano seguinte, 2021, o novo corte foi de R\$ 300 milhões, executando-se apenas 67% do valor disponibilizado. Esses cortes são resultantes da Portaria 2.362/2019. O contrassenso é que, de um lado o governo efetiva a lei de inserção do Serviço Social nas escolas e por outro amplia os cortes nos recursos para desenvolvimento e manutenção das políticas assistenciais.

Os desafios apontados pelas participantes do estudo quanto a sua atuação profissional não se esgotam. Outras dinâmicas possivelmente geram outros e novos desafios atrelados, por exemplo, a aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos, etc. Nesse mesmo contexto, outras possibilidades de atuação para o Assistente Social vão se tornando mais nítidas e necessárias, inclusive na escola, como será apontado na próxima categoria.

Categoria 3: Colaboração do assistente social à escola

A partir da questão motivadora lançada, as participantes apontaram como a sua profissão tem contribuído com a escola onde atuam. Nesta categoria, as respostas foram agrupadas novamente em unidades de sentido, construídas a partir de elementos que se destacam nas narrativas: Direitos, Suporte e Intervenção. A unidade Direitos surge por força de expressões que se destacam nas narrativas como “viabilizando direitos sociais”, “viabilização de direitos” e “garantia de direitos”. Já a unidade Suporte surge da conexão intrínseca entre as expressões “problemáticas” e “estratégias de ações”. A Intervenção deriva das expressões “identificar demandas” e “intervir”. Tais unidades compuseram a terceira categoria e as respostas que as fundamentaram estão apresentadas no terceiro quadro que segue:

Quadro 3 – Categoria 3: Colaboração do Assistente Social à Escola

Participante	Respostas	Unidades de Sentido
A 1	Através da nossa inserção, tem sido muito proveitoso esse trabalho no campo educacional, pois tem oportunizado a partir dos momentos no âmbito coletivo, assim como as ações de forma mais particularizada, um maior acompanhamento desse aluno de forma integral, formando-os para além dos muros da escola, mas entendo todo seu contexto social, a qual está presente em suas vivências de forma integral, viabilizando direitos sociais, nas quais garante um maior acompanhamento não só do estudante, assim como também da família, dos professores (corpo docente) comunidade escolar e corpo escolar, pois o estudante é reflexo de todas essas vivências, e é na escola que ele se forma para a vida! Com o Assistente Social, essa inserção tem permitido uma maior sensibilização e viabilização em relação aos direitos sociais, enxergando esse aluno com o um todo, transudando todos os aspectos que compõe o processo formativo deste!	Direitos
A 2	No acolhimento e bom relacionamento com a comunidade escolar propiciando o suporte às problemáticas da questão social e desenvolvendo estratégias e ações que facilitem a vida dos alunos e suas famílias.	Suporte
A 3	Tem colaborado de forma significativa, para a construção de cidadania e viabilização de direitos, é através de informações, encaminhamentos, atendimentos em geral que tem contribuído para orientar as famílias a reivindicar cada vez mais os	Direitos

	seus direitos. A contribuição do profissional também é para capacitar, informar professores sobre direitos a serem garantidos no ambiente escolar, e identificação de violações de direitos. Os atendimentos individuais têm contribuído de forma positiva para o rendimento escolar dos alunos.	
A 4	Tem-se observado que os resultados estão sendo satisfatórios diante as ações realizadas. Como citado anteriormente o Assistente Social é um profissional fundamental na Política de Educação para identificar as problemáticas da questão social, a fim de intervir positivamente para o desenvolvimento do processo educacional contribuindo pela garantia do direito à educação.	Direitos
A 5	Sim. Por ser um trabalho contínuo, sendo necessário credibilidade junto a todos os grupos da escola, procurar identificar as demandas para poder intervir, e daí possam reconhecer a importância desse profissional na escola.	Intervenção

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Em diversos pontos desta pesquisa pôde-se constatar de forma múltipla a contribuição do assistente social na escola. As narrativas das pesquisadas apontam para dois caminhos: a viabilização de direitos e o suporte às questões sociais. A assistente social A1 coaduna com as profissionais A3 e A4 sobre a questão da viabilização de direitos. Elas acreditam que o profissional do Serviço Social contribui significativamente para que os direitos sociais possam chegar de forma mais rápida via instituição escolar. Destaca-se que as narrativas ainda estão centradas no importante papel do assistente social enquanto profissional que analisa, elabora, coordena e executa planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais. Ocorre que as pesquisadas não fazem menção à sua atuação atrelada ao trabalho multiprofissional por meio da consideração do projeto político pedagógico da escola, conforme explicita o parágrafo segundo da Lei 13.935/2019. Depreende-se que ainda questões a serem discutidas, descobertas e efetivadas com relação ao papel deste profissional dentro do ambiente escolar.

Diante dessas falas, cito as múltiplas experiências que pude vivenciar no âmbito escolar acerca da viabilização dos direitos de alunos e familiares. Destaco aqui a situação de um aluno que não estava frequentando a escola pelo fato da família não ter recursos para comprar um medicamento que o mesmo necessitava usar, em decorrência de patologia psíquicas que o mesmo possui. Nesse caso, minha intervenção enquanto Assistente Social foi decisiva para orientar e dar os devidos

encaminhamentos ao aluno para que o mesmo tivesse acesso tanto ao medicamento de forma gratuita como também acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e dessa forma ter condições para frequentar a escola de forma digna.

A2 e A5 apontam para aspectos diferentes, porém complementares: A2 afirma que o assistente social atua como suporte entre as demandas e os seus direitos, de forma interventiva. A5 acrescenta ser de fundamental importância o reconhecimento da profissão na escola, inclusive para promover maior credibilidade junto aos usuários da política de assistência social.

As narrativas das respondentes, ao serem analisadas por meio da identificação das unidades de sentido, promovem maior compreensão das categorias elencadas e, sobretudo, sobre a contribuição da profissão na política de educação. A escola em sua completude é beneficiada com o ingresso desse profissional. Alunos com suas necessidades sociais atendidas tenderão a apresentar melhor desempenho escolar, em termo de presença, assiduidade, aprendizagem, relações interpessoais. Os demais profissionais que se somam também se beneficiam, pois passam a cuidar de atividades mais centradas na pedagogia formativa, própria da educação escolar, com sujeitos que chegam com suas cargas sociais melhor resolvidas.

Para Batista dos Santos (2019) a escola aglutina diversas demandas que encontram no assistente social a competência técnica adequada para tentar atender, diferentemente do profissional da educação.

A efetivação da Lei 13.935/2019 representa, ao menos do ponto de vista teórico, uma possibilidade para atuação do assistente social no campo da política educacional brasileira. Por ser recente, apresenta uma série de desafios como já destacado nesta pesquisa, mas que será melhor detalhado na próxima e última categoria.

Categoria 4: Avanços promovidos pela Lei 13.935/2019

O estudo em questão também buscou conceber como a Lei 13.935/2019 tem sido percebida pelos assistentes sociais no recorte local. As respostas foram agrupadas com base nas seguintes unidades de sentido: Efetivação e Emancipação. A Efetivação surge do alinhamento entre as expressões “ampliação da categoria profissional”, “presença de profissionais do serviço social”, “valorização desse profissional” e “valorização da categoria”. Enquanto a unidade de sentido

Emancipação surge da expressão “educação emancipadora”. Essas unidades explicam a composição da última categoria e são contempladas no quadro 4, na sequência.

Quadro 4 – Categoria 4: Avanços promovidos pela Lei 13.935/2019

Participante	Respostas	Unidades de sentido
A 1	Sem dúvidas irá oportunizar a realização de concursos na área, o que eu vejo como algo muito positivo pois propicia a ampliação da categoria profissional no campo de outras políticas, com a viabilização de direitos sociais, para e com a população/classe trabalhadora, tensionando outros campos de luta para materialização das políticas públicas/sociais pautado em um projeto societário de luta, mais igualitário em busca de uma nova sociabilidade, menos desigual e mais humana!	Efetivação
A 2	Com a aprovação da lei, tornou-se obrigatório a presença de profissionais de serviço social e psicologia na educação básica. É uma necessidade que há muito já deveria ter sido suprida.	Efetivação
A 3	A perspectiva desse espaço ocupacional para o profissional, é para construção de saber, aprimoramento da atuação, para o desenvolvimento social nas escolas, porém o grande avanço seria a concretização de tudo que está estabelecido na Lei, para assim ter resultados significativos de uma educação emancipadora e social e como direito para todos (as).	Emancipação
A 4	A área de atuação na política de educação é visivelmente mais ampla, e o Assistente Social é capacitado para atuar em vários setores, como: secretarias, conselhos escolares, na escola, programas sociais entre outras ações. Consolidando a valorização da importância desse profissional no âmbito educacional.	Efetivação
A 5	- Um dos avanços é a valorização da categoria profissional; - Regulamentação do FUNDEB garantindo recursos para contratação dos profissionais na rede pública da educação básica;	Efetivação

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

As narrativas apresentadas pelas assistentes sociais que contribuíram com este estudo oferecem uma polissemia de avanços, no que concerne a implementação da Lei 13.935/2019. Para A1, a lei permite o alargamento do campo de atuação desse profissional, estendendo-se às várias possibilidades dentro da política de educação. A2 pontua ser esta uma necessidade antiga, ou seja, a política de assistência social

já deveria estar em diálogo estrito com a educação, enquanto que para A3, essa relação entre as duas políticas resultará na formação do sujeito em sua integralidade educacional e social.

A assistente social A4 também corrobora com A3, destacando que o Assistente Social está preparado para atuar em várias frentes da política educacional, o que coaduna com o parágrafo primeiro do Art.1º da referida lei, o qual assevera que “As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais” (BRASIL, 2019).

Já A5 pontua ser importante a valorização da profissão, inclusive garantindo recursos para contratação de profissionais para atuar em todas as escolas, de todos os municípios brasileiros. Ao apresentarem a multiplicidade de avanços da normativa em questão, de forma uníssona as participantes concordam que a lei surge para consolidar a atuação do assistente social no âmbito da educação. As narrativas das respondentes estão em conformidade com a necessidade de atuação de serviços de psicologia e serviço social nas políticas educacionais, consoante é previsto no artigo 1º.

É importante destacar que em seu Art. 2º, a lei define que “Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições” (BRASIL, 2019). A lei foi promulgada em 11 de dezembro de 2019. É evidente os avanços que podem ocorrer com a sua implementação para o profissional do Serviço Social.

De acordo com as participantes desta pesquisa, o principal avanço é um indicativo de efetivação da profissão, no entanto, poucos municípios, ao menos no estado Ceará, até o corrente ano de 2022, têm essa política implementada. Infere-se que o mesmo ocorra em outros estados e municípios brasileiros.

Conclusão

A educação é um dos principais pressupostos para formação de uma comunidade, de um Estado, de um país. Esta é uma política garantida em acesso, embora permeada ainda por muitos desafios a serem superados, dentre eles os aspectos sociais que influenciam diretamente na relação dos sujeitos com a escola.

A Lei 13.935/2019 que garante a presença do Serviço Social na escola surge como um suporte importante para mediar essa relação. O Assistente Social, portanto, emerge como um dos protagonistas desse processo que confronta-se também com os desafios e as possibilidades na efetivação dessa lei ainda incipiente no Brasil.

O município de Jaguaribe, interior do estado do Ceará possivelmente se apresenta como um dos pioneiros na implementação dessa política em suas escolas, fato que impulsionou o interesse desta pesquisa e permitiu compreender como os profissionais inseridos nas instituições educacionais percebem os desafios e as possibilidades do Assistente Social, frente a Lei 13.935/2019.

A partir da análise dos principais marcos legais que envolve a assistência social e a educação foi possível concluir alguns pontos importantes. No tocante ao papel do Serviço Social nas instituições educacionais, com base na literatura científica produzida, pode-se inferir que a construção histórica se dá no campo legal, especialmente nas Constituições Federais e na LDB. Se a educação é um direito de todos, o Assistente Social consolida-se como um profissional garantidor desse direito, embora a família, o Estado e a sociedade possuam papéis fundamentais nesse processo.

Essa mediação do Assistente Social é permeada por desafios já analisados pela literatura científica. Despontam neste campo adversidades como a qualificação profissional adequada, o desconhecimento coletivo sobre os papéis dos atores escolares e a fragilidade das relações entre eles, a falta de padronização nas relações de contratos e a precarização do trabalho dos profissionais.

Com os profissionais atuantes nas escolas do município de Jaguaribe, os desafios se assemelham a estes, além da carência de recursos materiais para o desenvolvimento da profissão e do desmonte das políticas públicas para Assistência Social.

Há de se enfatizar também que as contribuições do Assistente Social nas escolas, por força da Lei 13.935/2019, são expressivas, embora incipientes. No município de Jaguaribe as escolas já podem contar com essas contribuições ao contar com um profissional que possui competência técnica para identificar problemas de questões sociais e assegurar o direito a educação da demanda escolar. Paralelamente se vislumbra maior abrangência no campo de atuação do Assistente Social, bem com a consolidação da profissão na política educacional brasileira.

A pesquisa representa um avanço no campo da ciência e se constitui num ponto de partida para outras investigações, baseadas nas questões que vão despontando no decorrer de um estudo. As lacunas surgidas nesta pesquisa referem-se a reduzida literatura científica que trata da temática serviço social e educação. Se refere também à reduzida participação de profissionais em pesquisas como esta, o que pode ser explicado em parte pelo quantitativo reduzido desses profissionais atuantes nas escolas e, por outro lado, pelo fato do desconhecimento quanto a importância da pesquisa científica para a explicação e transformação de uma realidade.

A partir desse estudo, acredita-se que outros municípios merecem ser investigados quanto a percepção dos profissionais do serviço social e seu engajamento nas escolas. Esses pontos sugerem a necessidade de novas investigações e fazem desta pesquisa um estudo que inaugura a necessidade de se discutir com maior profundidade o Serviço Social na educação brasileira.

Referências

BARBOSA, Douglas R. e FREIRE, Silene M. O Serviço Social crítico no atual contexto de redemocratização da América Latina. **Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribe/panorama>. Acesso em: 24 jan. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribe/panorama>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases, 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. **Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em 03 jan. 2022.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Em oficina virtual, CFESS e CFP debatem estratégias em defesa do Serviço Social e da Psicologia na educação**. 11 set. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1752#:~:text=Agora%2C%20os%20esfor%C3%A7os%20direcionam%20para,que%20a%20lei%20seja%20cumprida>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; CRESS - Conselho Regional de Serviço Social. (2011-2014). **Subsídios para atuação de Assistentes sociais na política de educação**: CFESS / CRESS, 2011-2014. Recuperado: 05 de outubro de 2021, de CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 18 jan. 2021.

CNM, Confederação Nacional dos Municípios. **CMN lamenta queda de repasses para Assistência Social em audiência na Câmara**. Notícias, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-lamenta-queda-de-repasses-para-assistencia-social-em-audiencia-na-camara#:~:text=Cortes%20or%C3%A7amentos&text=Para%20o%20ano%20de%202021,2.362%2F19%E2%80%9D%2C%20afirmou>. Acesso em: 15 fev. 2022.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Serviço social na educação: concepções e direitos em questão.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Doutorado em Serviço Social. São Paulo. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** SP: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elabora Projetos de Pesquisa.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas da pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2016

GROLLMUS, N. S.; TARRÈS, J. P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, Berlim, v. 16, n. 2, p. 1-24, mayo 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Ed. 29. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Aída. **Crianças e Adolescentes com Direitos Ameaçados e Violados e a Escola.** Disponível em: <http://ecanaescola.fundacaotelefonica.com/cursos/3/atividades/67>. Acesso em: 11 jul. 2011.

OLIVEIRA de Pinho Rebouças de Djalma. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial.** 19. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, André Michel dos. **Serviço social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais.** Porto Alegre 2019

SANTOS, LORENA COSTA BATISTA DOS. **Serviço social e educação: balanço da produção do conhecimento sobre o trabalho do/a assistente social em escolas públicas.** Salvador 2019.

Lista de Ilustrações

Quadro 1	Relação do Assistente Social com a Escola.....	21
Quadro 2	Desafios do Assistente Social na Escola.....	24
Quadro 3	Colaboração do Assistente Social à Escola.....	27
Quadro 4	Os avanços Promovidos pela Lei 13.935/2019.....	30

Listas de Siglas

BDTD	Banco de Teses e Dissertações da Capes
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DESTINADO ÀS(AOS) ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE-CE

Parte 1 - PERFIL SOCIO-PROFISSIONAL

- 1- Nome completo
- 2- Idade
- 3- Há quanto é formado em Serviço Social?
- 4- Há quanto tempo você atua na política educacional?
- 5- Você atua em mais instituições de ensino no município de Jaguaribe? Quais?

Parte 2 - PERCEPÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL

- 6 – Qual importância você atribui para a atuação do assistente social na educação?
- 7 - Existem desafios no que se refere a atuação do assistente social na educação? Quais?
- 8 – Como é a sua relação com os alunos, pais e profissionais da(s) escola(s) em que você atua? Justifique sua resposta.
- 9 - Como você acha que a atuação do Assistente Social tem colaborado com a(s) escola(s) em que você atua?
- 10 - Diante da aprovação da lei 13.935/2019, quais os avanços para a atuação do assistente social?
- 11 – Não tenho mais perguntas. Gostaria de fazer algum comentário ou fazer alguma consideração a respeito do seu campo de atuação?

Muito obrigada por colaborar com a pesquisa científica!

Aline Janylli de Souza Pinheiro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a)

Eu, Aline Janylli de Souza Pinheiro, CPF 94101953-04, aluna da Especialização lato sensu em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente ofertado pela Universidade de Brasília - UnB estou realizando a pesquisa intitulada Desafios e Possibilidades de Atuação do Serviço Social na Educação do Município de Jaguaribe-CE, que tem como objetivos compreender quais os desafios e as possibilidades do Serviço Social na educação do município de Jaguaribe-CE.

Por essa razão, o (a) convido a participar da pesquisa Desafios e Possibilidades de Atuação do Serviço Social na Educação do Município de Jaguaribe-CE. Sua participação consistirá em responder um questionário com perguntas objetivas e dissertativas acerca de sua atuação enquanto Assistente Social atuando nas escolas de educação básica do município.

Todas as informações que o (a) senhor (a) nos fornecer serão utilizadas somente para pesquisa. Suas respostas serão confidenciais e seu nome não aparecerá em nenhum questionário e nem quando os resultados forem apresentados, sempre mantendo sigilo e a integridade física e moral do indivíduo.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a pesquisa. Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Local e data

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Assinatura do Participante